

O PROJETO

O 25AprilPTLab é um projeto de investigação, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) - ref.ª PTDC/COM-CSS/29423/2017, e resultado de uma parceria entre o Centro de Estudos Sociais (CES) e do Centro de Documentação 25 de Abril (CD25A), que tem como objetivo a criação de uma plataforma online sobre o período da transição para democracia portuguesa (1958-1982). Este arquivo digital, direcionado à comunidade educativa, é composto por documentos de diversas tipologias (textuais, visuais, sonoros e videográficos), validados pelos investigadores do projeto e aptos a serem utilizados por professores e alunos em processos educativos.



A plataforma disponibiliza também ferramentas de autoria, que permitem aos professores, bem como aos alunos e a outros utilizadores interessados, criar conteúdos interativos adaptados às suas necessidades curriculares e de conhecimento. Para além de ser um projeto inovador, que recorre às tecnologias digitais como forma de alargar e diversificar o conhecimento histórico, reforça a autonomia na construção do conhecimento e oferece condições para desenvolver as convicções democráticas nas novas gerações.

POR UM PASSADO RECENTE MELHOR CONHECIDO E MAIS VALORIZADO

A revolução iniciada com o 25 de Abril reconfigurou não apenas o regime, o sistema político e a geografia do país, até aí representado como «do Minho a Timor», mas igualmente as condições de vida, os hábitos sociais e as expectativas da larga maioria dos cidadãos, permitindo a construção de uma sociedade democrática e menos desigual. Pág. 02

CD25A-UC: ARQUIVO DOS ARQUIVOS PARTICULARES DO 25 DE ABRIL

Quando em 1984 a Universidade de Coimbra, por proposta de alguns docentes das Faculdades de Letras e de Economia, criou o Centro de Documentação 25 de Abril, fê-lo com o superior desígnio de preservar património documental único, disperso pelo país e estrangeiro e que seria indispensável, no futuro, ao estudo aprofundado da história portuguesa da segunda metade do século XX. Pág. 04

Projeto financiado pela FCT
(ref.ª PTDC/COM-CSS/29423/2017)

Equipa: Rui Bebbiano (FLUC/CES, IP do projeto), Natércia Coimbra (CD25A), Pierre Marie (CES), Pedro Réquio (CES), Dionísia Laranjeiro (CIDTFF, Criamagin), Hélia Santos (CES, Gestora do projeto).

A PANDEMIA, O ENSINO A DISTÂNCIA E A PLATAFORMA 25APRILPTLAB Pág. 06

O 25 DE ABRIL, OS MANUAIS ESCOLARES E O CONHECIMENTO HISTÓRICO Pág. 08

LEVAR A HISTÓRIA À SALA DE AULA Pág. 10

POR UM PASSADO RECENTE MELHOR CONHECIDO E MAIS VALORIZADO

Rui Bebiano (FLUC/CES, IP do projeto 25AbrilPTLAB)



A revolução iniciada com o 25 de Abril reconfigurou não apenas o regime, o sistema político e a geografia do país, até aí representado como «do Minho a Timor», mas igualmente as condições de vida, os hábitos sociais e as expectativas da larga maioria dos cidadãos, permitindo a construção de uma sociedade democrática e menos desigual. Mais de quatro décadas depois, vivemos, a propósito dessa transformação, um paradoxo tão estranho quanto perigoso. A história e a memória, tanto as do Estado Novo, quanto as dos setores que o combateram, assim como as do período revolucionário de 1974-1975 que lhe pôs fim e as dos anos de grandes transformações que se seguiram, são, é certo, recorrentemente referidas pela historiografia, nos meios de comunicação e no sistema

de ensino. Todavia, têm vindo também, e com demasiada frequência, a ser tratadas de uma forma excessivamente simplificada, por vezes algo caricatural, o que tem levado não apenas a indesejáveis omissões e esquecimentos, mas de igual modo à criação de deturpações e de graves distorções a propósito dos episódios referidos e dos seus protagonistas.

Podemos falar aqui, entre outros aspetos, de redução dos acontecimentos a um escasso número de momentos mais sonoros, e não à abordagem retrospectiva das transformações de longo alcance e maior profundidade, bem como à simplificação ou à ampliação do papel dos muitos dos intervenientes, enquanto outros têm sido

em larga medida omitidos. E ainda, acima de tudo, da lamentável limitação daquela época de grandes mudanças e de confronto de projetos, a uma fase de alterações pontuais, quase apenas de natureza institucional. Em muitas das descrições – em larga medida oferecidas por manuais escolares muito simplificados ou determinadas por um escasso acesso às fontes históricas – tem sido frequentes vezes produzidas leituras perniciosas, como aquelas que observam o período revolucionário enquanto uma mera «fase conturbada» da nossa existência coletiva, ou aquelas outras que colocam em segundo plano, ou fazem mesmo desaparecer, a intervenção, nas transformações democráticas que ocorreram, do cidadão comum e das movimentações coletivas de natureza utópica ou reivindicativa.

Esta prática verifica-se em diferentes áreas da sociedade portuguesa, abrindo caminho a deturpações, utilizadas com frequência pelos setores que questionam a própria democracia ou que desvalorizam as suas conquistas, obtidas ao longo de décadas – antes e sobretudo depois de Abril – no campo dos direitos e da justiça social. Branqueando também, em algumas ocasiões, o passado de opressão e de atraso que ela veio substituir. Falamos, pois, de um conjunto de tendências que, no plano do conhecimento, mas também da justiça histórica, precisam ser contrariadas, começando esse trabalho, em primeiro lugar, pela transmissão, sobretudo às novas gerações, de um conjunto de ferramentas e de informações, capazes, dentro do sistema de ensino e com o indispensável apoio dos professores, de lhes permitir obter um conhecimento mais completo, mais dinâmico e também mais crítico desse período de grandes mudanças vivido entre as décadas de 1950-1980, com o referido período revolucionário de permeio.

Foi a constatação de algum défice de conhecimento e a vontade de ajudar a supri-lo que conduziu ao lançamento do projeto trienal 25AprilPTLab - Laboratório Interativo da Transição Democrática Portuguesa, sediado no Centro de Estudos Sociais, desenvolvido em parceria com o Centro de Documentação 25 de Abril e com o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Este entra agora, no último ano da sua existência, numa fase

em que se estão a ultimar as condições técnicas e de introdução de conteúdos documentais, de forma a tornar pública a plataforma em linha destinada a interagir com a comunidade educativa, mas também com o público em geral, na oferta dinâmica de uma quantidade maior, mais diversificada e mais dinâmica de conhecimento sobre a história recente de Portugal e da sua democracia. De modo a ampliar o conhecimento público e a alimentar a memória partilhada pela comunidade nacional de uma fase complexa, rica e extremamente fecunda da nossa existência coletiva. Que não pode ser vista como um mero hiato no trajeto do Portugal contemporâneo, mas antes deve ser olhada, de um modo objetivo e como o merece ser, enquanto fase crucial, dinâmica e positiva da nossa história recente.



CD25A-UC: ARQUIVO DOS ARQUIVOS PARTICULARES DA OPOSIÇÃO AO REGIME, DA REVOLUÇÃO E DA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA PORTUGUESA

Natércia Coimbra (CD25A)

Arquivos registam decisões, ações e memórias. Arquivos são um património único e insubstituível transmitido de uma geração a outra. Documentos de arquivo são geridos desde a criação para preservar o seu valor e significado. Arquivos são fontes confiáveis de informação para ações administrativas responsáveis e transparentes. Desempenham um papel essencial no desenvolvimento das sociedades ao contribuir para a constituição e salvaguarda da memória individual e coletiva. O livre acesso aos arquivos enriquece o conhecimento sobre a sociedade humana, promove a democracia, protege os direitos dos cidadãos e aumenta a qualidade de vida.

Declaração Universal Sobre Arquivos
36ª sessão da Conferência Geral da UNESCO, 2011

Quando em 1984 a Universidade de Coimbra, por proposta de alguns docentes das Faculdades de Letras e de Economia, criou o Centro de Documentação 25 de Abril, fê-lo com o superior desígnio de preservar património documental único, disperso pelo país e estrangeiro e que seria indispensável, no futuro, ao estudo aprofundado da história portuguesa da segunda metade do século XX. No país, como um pouco por todo o mundo, não havia então, como ainda não há hoje de forma generalizada, uma política pública de recolha sistemática, preservação e conservação de arquivos e coleções de documentos privados.

A decisão tomada de criar no CD25A essa prioridade de trabalho foi pioneira e permitiu resgatar e integrar numa instituição pública, fontes históricas preciosas, documentos originais que são testemunho

de acontecimentos, vivências e ações coletivas que mobilizaram a sociedade portuguesa, e influenciaram de forma determinante o devir coletivo português, sobretudo nas décadas de 1960-1970.

De forma consistente, persistente e apoiado em decisões políticas e diretivas para o sector dos arquivos - a criação em 1988 do Instituto Português dos Arquivos e a publicação da lei geral dos arquivos DL nº 16/93 - o CD25A foi-se estruturando profissionalmente, criando vínculos de cooperação com as entidades normalizadoras na área, e enriquecendo-se com fundos e coleções provenientes sobretudo de doações privadas.

De início, legalmente enquadrado na política arquivística nacional através do nº 2 do artº 2 da lei geral que dizia expressamente que “compete ao Estado promover a

inventariação do património arquivístico e apoiar a organização dos arquivos, qualquer que seja a sua natureza, bem como garantir, facilitar e promover o acesso à documentação detida por entidades públicas”, o CD25A procurou desde logo desenvolver a sua atividade focado sobretudo na tarefa prevista no n.º 2 do artº 4 “assegurar a conservação permanente dos documentos históricos para fins probatórios, informativos ou de investigação”. Com a publicação da Lei 107/2001 que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, o acervo do CD25A, passou a estar legalmente protegido no Título VII - Dos

inventariados, provenientes de 180 grandes doações e de mais cerca de 200 outras de menor dimensão.

A biblioteca especializada conta com cerca de 28000 livros e 4000 títulos de jornais e revistas.

A área de documentação para além de centenas de milhares de documentos de tipo habitualmente designado com efêmera (comunicados panfletos pequenas brochuras) inclui recortes de imprensa, iconografia variada, fotografias, objetos de museu, arquivo áudio e vídeo, de que se destaca um notável conjunto de cerca de 300

Fachada do edifício do Centro Documentação 25 de Abril



regimes especiais de proteção e valorização de bens culturais, especialmente nos capítulos III, IV, V, VI e VIII que referem o património arquivístico, audiovisual, bibliográfico, fonográfico e fotográfico.

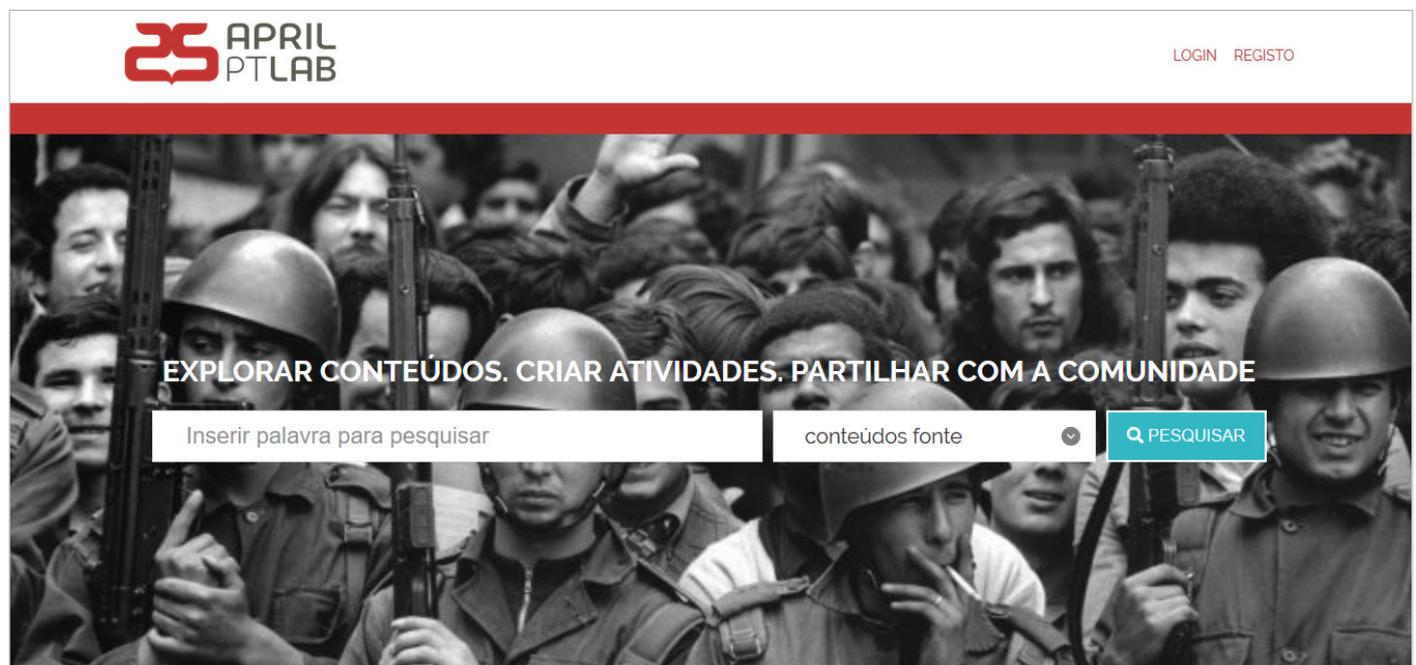
Hoje o CD25A integra, arquivos e coleções de documentos privados de políticos, militares, militantes políticos, escritores e jornalistas, arquitetos, ativistas de movimentos sociais, investigadores, mas também de instituições de direito privado - associações cívicas e culturais, partidos políticos, sindicatos e comissões de trabalhadores. Organizado internamente em três grandes áreas funcionais, o arquivo, a biblioteca, e a documentação, inclui já cerca de 3,5 milhões de documentos originais

horas de gravações vídeo de entrevistas de história oral de produção própria, um projeto também ele pioneiro no país.

Com uma presença regular na Internet desde 1994, o CD25A acompanhou o desenvolvimento tecnológico e, sempre orientado para servir o interesse dos utilizadores, investigadores e público em geral que o procuram, tem vindo a disponibilizar ao público, gradualmente, milhares de páginas de documentação em formato digital para acesso remoto. Uma seleção desses recursos digitais e de outros entretanto digitalizados já no âmbito do Projeto 25AbrilPTLab será disponibilizada na plataforma eletrónica que está a ser desenvolvida, seguindo os critérios temático e cronológico.

A PANDEMIA, O ENSINO A DISTÂNCIA E A PLATAFORMA 25APRILPTLAB

Dionisia Laranjeiro (CIDTFE, Criamagin)



Como era de prever, o regresso às aulas 2020/21 foi diferente dos anteriores, devido à pandemia de Covid-19. A nível nacional, as escolas implementaram medidas para garantir o distanciamento social e prevenir o contágio dentro da comunidade escolar, tais como o desfasamento de horários das turmas, trajetos marcados no chão para circulação dos alunos, uso de máscara obrigatória a partir do 2.º Ciclo do Ensino Básico e postos com desinfetante em vários pontos-chave. Também foram elaborados planos de contingência, tendo por base as orientações da Direção-Geral da Educação, o Referencial Escolas – Controlo da transmissão de Covid-19 em contexto escolar, da Direção-Geral da Saúde (DGS), e a evidência científica disponível até ao momento.

No Ensino Básico e Secundário, o ano letivo arrancou em regime presencial, podendo transitar para regime misto ou não presencial, face à evolução epidemiológica. Caso haja essa necessidade, implementa-se o ensino a distância, utilizando meios digitais para transmissão de conteúdos, comunicação e trabalho colaborativo entre os alunos.

O ensino a distância deve privilegiar uma vertente assíncrona, em que os alunos trabalham autonomamente, com acesso a recursos de aprendizagem disponibilizados pelos professores em plataformas online.

Em complemento, devem organizar-se sessões síncronas, com ferramentas de comunicação digitais, para manter a interação entre alunos e professores.

A pandemia veio por à prova a Agenda Digital da Educação, prevista no Programa do Governo, dando prioridade à garantia de equipamentos para todos os alunos e ao aumento de conectividade à internet nas escolas. Seguem-se outras medidas, como o desenvolvimento de competências digitais de alunos e professores, a digitalização dos manuais escolares e de outros instrumentos pedagógicos. Cabe aos professores a importante tarefa de se adaptarem ao ensino a distância e adotarem as melhores práticas, para garantir que os alunos continuam a aprender, de acordo com os objetivos estabelecidos nos documentos de referência *Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória e Aprendizagens essenciais*.

No período de confinamento, a DGE definiu um roteiro com oito princípios orientadores para a implementação do ensino a distância nas escolas. Destaca-se a necessidade de desenvolver metodologias de ensino apelativas e mobilizadoras dos alunos para a ação, por exemplo, através do desenvolvimento de projetos que conjuguem diferentes disciplinas e competências, como o pensamento crítico e criativo, o relacionamento interpessoal e a comunicação.

Por outro lado, é essencial a escolha dos meios tecnológicos, que devem ser selecionados pelos professores tendo em conta a facilidade de aprendizagem e utilização, mas também o seu potencial pedagógico.

A plataforma 25aprilPTLab surge, neste contexto, como um meio digital que promove a colaboração entre professores, na criação de atividades pedagógicas relacionadas com o período de transição democrática portuguesa. Os professores podem usar livremente documentos selecionados pelo Centro de Documentação 25 de Abril, que estão disponíveis em formato digital no repositório da plataforma. Podem juntar textos informativos, perguntas e desafios, imagens, sons e vídeos, para criar as suas atividades para os alunos e partilhar com os outros professores. As atividades apresentam diversidade nas visões, abordagens e conteúdos educativos, que podem ser usados, alterados e reutilizados pelos professores, incentivando à articulação entre diferentes disciplinas e níveis de ensino dentro da comunidade educativa.



O 25 DE ABRIL, OS MANUAIS ESCOLARES E O APERFEIÇOAMENTO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO

Pedro Réquio (CES)

Com o propósito de analisar as dificuldades com que os docentes se poderão deparar durante o ensino das temáticas relacionadas com o processo da transição democrática portuguesa (1958-1982), foi criado um inquérito, dirigido aos professores que colaboram com a equipa do projeto, com o objetivo de identificar essas mesmas dificuldades. De acordo com as respostas obtidas, os professores revelaram, primordialmente, que a repetição de documentos nos manuais representa uma constante ao longo da exposição das problemáticas relacionadas com o tema. Paralelamente, foi também desenvolvida uma análise detalhada do modo como os manuais escolares veiculam as temáticas associadas ao período histórico em questão. Os investigadores do projeto, através deste estudo dos manuais, concluíram que para além da já mencionada repetição de materiais se verificar, uma descrição simplificada, ou por vezes truncada, das temáticas, se torna também evidente.

Os manuais do 6º ano são demonstrativos do esquema geral que será retomado e aprofundado nos anos letivos procedentes: a apresentação de Salazar enquanto “mago” das finanças, o carácter autoritário do regime do Estado-Novo, a Guerra Colonial, breves referências às oposições, o 25 de Abril, o período revolucionário e a estabilização política que se lhe segue.

Se a exposição deste período histórico se encontra assente, ao longo dos manuais do 6º e do 9º, sobre estes eixos, com os manuais do secundário será introduzida uma maior pormenorização de conteúdos que não deixa



Pierre Marie e Pedro Réquio apresentam a comunicação O 25 de Abril nos manuais escolares de História 2/5/2019

de estar isenta de lacunas, equívocos ou perspetivas determinísticas de eventos históricos. Neste sentido, é de destacar a ausência acontecimentos relevantes, como assassinato de Humberto Delgado pela PIDE ou a apresentação redutora de conceitos como *cidadania* ou *poder popular*.

É nos segmentos dedicados ao processo revolucionário que se evidenciam as imprecisões mais vincadas. Veja-se, exemplarmente, o manual de História A do 12º ano *Nova Construção da História*, que classifica algumas ocupações de casas e terras como “abusivas” e justifica o aparecimento

do Grupo dos Nove como forma de travar os abusos da esquerda. A divisão entre o norte e o sul surge de modo igualmente simplista e incorreto: “No Norte assaltam-se sedes de partidos de esquerda. No Sul de direita” (p.123). De acordo com esta narrativa é só após o 25 de Novembro e a entrada em vigor da Constituição que a situação se normaliza e a democracia efetiva é inteiramente estabelecida, consagrando o caminho para o socialismo e ao mesmo tempo as garantias de liberdade para o cidadão, plasmadas através de um regime democrático e pluralista. “A maior parte da população portuguesa, assim como os tradicionais aliados de Portugal, particularmente os EUA, respiram de alívio” (p.123).

A presença do 25 de Abril e do processo revolucionário nos manuais estudados revela uma narrativa interpretativa e algo limitada do período. Ao selecionar acontecimentos específicos e descontextualizados, os manuais procedem a saltos temporais que dificultam a compreensão de um período conturbado, que compreende a queda de um regime autoritário e a posterior estabilização democrática. Verifica-se, de igual modo, uma simplificação dos projetos políticos em concorrência a partir do 25 de Abril de 1974, expurgando este processo da complexidade que o caracteriza. Em consequência, nota-se a ausência dos movimentos sociais ou a sua descredibilização enquanto agentes de transformação política e social. A falta de diversidade documental tem um peso considerável na transmissão errónea destas dinâmicas históricas.

É de destacar que as *aprendizagens essenciais* de História A e História B, do 12º e 11º ano, decretadas pelo Ministério da Educação, estabelecem como meta curricular uma compreensão profunda das temáticas relacionadas com o processo de transição democrática portuguesa, bem como o domínio de conceitos como reforma agrária ou *poder popular*. É neste sentido que o projeto 25AprilPTLab se torna relevante, ao contribuir para a difusão de conteúdos que permitam uma interpretação mais rica do período da transição democrática portuguesa e, em simultâneo, devolvendo densidade a este tema. Evitando assim uma compreensão ideologicamente toldada do período fundacional do atual regime democrático.



LEVAR A HISTÓRIA À SALA DE AULA

Pierre Marie (CES)

Sessão “Casas sim, barracas não: a habitação em Portugal em 1974” no âmbito do projeto CES Vai à escola na Escola Secundaria de Rio Tinto, 13/12/2019.



O principal objetivo do projeto 25AprilPTLab passa por disponibilizar conhecimento através do acesso online a documentos históricos. A plataforma procura ajudar a completar a atividade letiva dos professores com o recurso a uma grande variedade de documentos (textos, imagens, áudios e vídeos), organizados de forma didática por períodos e temáticas. O projeto visa também abrir as portas do Centro de Documentação 25 de Abril com

o tratamento, a organização e a disponibilização das suas coleções em versão digital. Funcionando como um repositório de fontes históricas, a plataforma 25AprilPTLab visa tornar públicos acervos documentais mas também permitir experiências educativas enriquecedoras.

O uso de documentos históricos na sala de aula apresenta

fortes potencialidades para os docentes e para os seus alunos. São documentos autênticos porque não foram criados para o ensino da história como é o caso dos textos dos manuais escolares ou de outros documentos de apoio. Procuraram ter impacto junto dos seus destinatários no contexto onde foram produzidos. Um panfleto contra o Estado Novo procurava mobilizar os opositores, um cartaz eleitoral divulgava um programa político, uma peça informativa na rádio visava esclarecer os ouvintes. São marcas vivas da história e constituem elementos fundamentais para a construção do conhecimento histórico. A sala de aula transforma-se assim num atelier de pesquisa onde o aluno se torna também investigador. Colocar os alunos no papel de investigadores perante documentos históricos apresenta fortes potencialidades educativas. Em primeiro lugar, torna a história num assunto próximo, através do contacto com um documento autêntico. Permite ao aluno relacionar-se com esta fonte e coloca-o em diálogo com vozes vindas do passado. Desta forma, os alunos ganham consciência de que a história se encontra em todo o lado, na capital de um país ou no bairro onde vive. Possibilita igualmente convocar para o conhecimento histórico vozes menos ouvidas como a dos trabalhadores rurais, das mulheres, ou de minorias. Ao contactar com estas fontes, o aluno fortalecerá competências como as de leituras, de interpretação, de debate. Desenvolverá igualmente a sua curiosidade e tomará consciência do rigor e do sentido crítico em que se baseiam as investigações científicas.

Este contacto com as práticas da investigação científica através de documentos concorre igualmente para a educação para a cidadania. Numa atualidade marcada pela desinformação, pelas fake news e pela apatia democrática, o recurso a documentos históricos desempenhará, com certeza, um papel na formação de cidadãos intervenientes. Permitirá exemplificar a construção de qualquer saber, assente em métodos, fontes e provas, e sobretudo a necessidade de saber olhar de forma crítica. Poderá também aguçar o gosto pelo debate e pela contradição, essenciais para a participação democrática.

FORA DA CAIXA

O projeto “Fora da Caixa” procura apresentar documentos provenientes do Centro de Documentação 25 de Abril (CD25A) num formato de vídeos curtos de cerca de 2 minutos. Os vídeos serão publicados no canal Youtube do CD25A.

Tem por destinatários o público em geral, sendo sobretudo direcionados aos mais jovens. Visam mostrar a diversidade das coleções do CD25A e contar acontecimentos históricos a partir destes documentos. Os vídeos serão publicados no dia 25 de cada mês de setembro de 2020 à abril de 2021.



Ajuda-nos a divulgar este projeto!
#foradacaixa

ATIVIDADES REALIZADAS EM 2019

Seminário “O ensino do 25 de Abril e da transição democrática portuguesa nas escolas: Estado da arte e experiências educativas”, Colégio da Graça, Coimbra, 2 de maio de 2019;

Visitas históricas “Roteiros do 25 de Abril em Coimbra”, 4 e 11 de maio de 2019;

Seminário “Discussão em torno de uma enxada: Reflexões da reforma agrária através do documentário Torre Bela”, Colégio da Graça, Coimbra, 19 de setembro de 2019;

Mostra de documentos sobre a Reforma Agrária (Coleções do Centro de Documentação 25 de Abril), Colégio da Graça, Coimbra, 19 de setembro de 2019;

Palestra “Viagem pela Revolução de Abril em Coimbra (1974-1976)”, Centro Cultural Penedo da Saudade, Coimbra, 19 de outubro de 2019;

Sessão “Casas sim, barracas não: a habitação em Portugal em 1974”, Escola Secundária de Rio Tinto, CES Vai à Escola, 13 de dezembro de 2019.



Visita histórica “Roteiros do 25 de Abril em Coimbra”, 11/5/2019

ATIVIDADES REALIZADAS EM 2020

Sessão “Casas sim, barracas não: a habitação em Portugal em 1974”, Escola Básica e Secundária Dr. Manuel Fernandes de Abrantes, CES Vai à Escola, 11 de fevereiro de 2020;

Mesa-Redonda “A Banda Desenhada e o 25 de Abril”, Casa da Cultura de Coimbra, 5 de março de 2020;

Exposição virtual “A criação do Serviço Nacional de Saúde: a conquista de um direito (1974-1979)”, Centro de Documentação 25 de Abril, abril de 2020;

Comunicação “25AprilPTLab Interactive Laboratory of the Portuguese Democratic Transition - Teaching and Learning Contemporary History Through Documents”, Public History Summer School 2020, University of Wroclaw, 3 de junho de 2020;

Sessão “Do arquivo à investigação: o 25 de Abril e a habitação”, Escola Básica e Secundária Quinta das Flores de Coimbra, 9 de junho de 2020;

Poster “25AprilPTLab – Laboratório Interativo da Transição Democrática Portuguesa”, 11ª Conferência Luso-Brasileira de Ciência Aberta (Braga), 8 de outubro de 2020;

Comunicação “25AprilPTLab – Laboratório Interativo da Transição Democrática Portuguesa”, Workshop Memória para Todos (Lisboa), 18 a 20 de novembro.



Mesa-redonda “A Banda Desenha e o 25 de Abril”, Casa da Cultura de Coimbra, 5/3/2020

PUBLICAÇÕES

Pierre Marie, “Mapa dos Bairros do Processo SAAL”, Site do Centro de Documentação 25 de Abril, setembro de 2020.

Pierre Marie, “25 de Novembro: golpe de Estado ou golpe à memória?”, Le Monde diplomatique - Edição portuguesa, 166, agosto de 2020, 38-39.

Pierre Marie, Pedro Réquio, “O 25 de Abril e o ensino da História: O processo revolucionário nos manuais escolares”, Estudos do Século XX, no prelo.

Pedro Réquio, recensão crítica a Joana Reis (2019), Uma campanha americana: Humberto Delgado e as presidenciais de 1958, Lisboa: Tinta da China, Revista de História das Ideias, 38, 367-370.

Pierre Marie, recensão crítica a Francisco Bairrão Ruivo, Danuta Wojciechowska e Joana Paz (2014), Livro Livre, Lisboa: Lupa Design, Revista de História das Ideias, 38, 364-367.

